

Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

Lei nº 1.335, de 24 de julho de 2020.

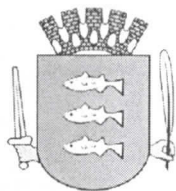
Dispõe sobre a autorização de suspensão dos repasses PATRONAIS devidos pelo município ao FAPEN/Marechal Deodoro, referentes as competências março/2020 a dezembro de 2020, bem como suspensão dos parcelamentos vigentes atinentes à repasses patronais, celebrados pelo município antes de 28 de maio de 2020, sendo suspensos durante as competências março a dezembro de 2020, tudo isso com a observância dos artigos 9º da Lei Complementar 173/2020 c/c o artigo 1º e seguintes da Portaria n.º 14.816, de 19 de junho de 2020, autorizando ainda o Chefe do Executivo Municipal a apurar e parcelar o montante apurado após o período de suspensão até o dia 31 de janeiro de 2021, conforme estabelecido no artigo 4º, da sobredita Portaria e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Marechal Deodoro**, Estado de Alagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a suspensão, dos repasses das contribuições previdenciárias **patronais não pagas** pelo Município de Marechal Deodoro, devidas aos FAPEN, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar 173/2020.

Art. 2º - Fica autorizada a suspensão de prestações não pagas de termos de acordo de parcelamento referentes à repasses patronais, firmados até 28 de maio de 2020, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, consoante disposto no artigo 1º, inciso I da Portaria n.º 14.818/2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Art. 3º - As contribuições previdenciárias patronais suspensas, de que trata o art. 1º, serão pagas pelo Município ao FAPEN, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos na lei municipal 1096/2013, para os casos de inadimplemento da obrigação de repasse, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial, dispensada a multa, até o dia 31 de janeiro de 2021, conforme previsão do artigo 4º



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

da Portaria n.º 14.818/2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Parágrafo único. Alternativamente ao disposto no caput, fica o Chefe do Executivo autorizado pela presente lei, observadas as demais condições estabelecidas no art. 5º da Portaria MPS n.º 402, de 2008, e o prazo máximo permitido pelo § 9º do art. 9º da Emenda Constitucional n.º 103, de 2019, para que as contribuições suspensas sejam objeto de termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021.

Art. 4º - Cada prestação de termo de acordo de parcelamento, de que trata art. 2º, cujo repasse ficou suspenso através da autorização da presente lei, deverá ser paga pelo Município ao FAPEN, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos no acordo de parcelamento anteriormente celebrado, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial, dispensada a multa, de forma concomitante com as prestações vincendas a partir de janeiro de 2021, iniciando-se pela prestação mais antiga suspensa e terminando pela mais recente, em número total de meses igual ao número de prestações suspensas, conforme autoriza o artigo 3º da Portaria n.º 14.816/2020.

Parágrafo único. Alternativamente ao disposto no caput, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a parcelar, observadas as demais condições estabelecidas no art. 5º da Portaria MPS n.º 402, de 2008, e o prazo máximo permitido pelo § 9º do art. 9º da Emenda Constitucional n.º 103, de 2019, inclusive em caso de prestações relativas a termos de acordo de parcelamento firmados com base nos parâmetros estabelecidos no art. 5º-A da referida Portaria, que:

I - as prestações suspensas sejam objeto de novo termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021; ou

II - o termo de acordo de parcelamento seja objeto de reparcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021, não se aplicando a limitação de um único reparcelamento prevista no inciso III do § 7º do art. 5º da Portaria MPS n.º 402, de 2008.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Marechal Deodoro/AL, 24 de julho de 2020.


Cláudio Roberto Ayres da Costa
Prefeito

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.335, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a autorização de suspensão dos repasses PATRONAIS devidos pelo município ao FAPEN/Marechal Deodoro, referentes as competências março/2020 a dezembro de 2020, bem como suspensão dos parcelamentos vigentes afins à repasses patronais, celebrados pelo município antes de 28 de maio de 2020, sendo suspensos durante as competências março a dezembro de 2020, tudo isso com a observância dos artigos 9º da Lei Complementar 173/2020 e o artigo 1º e seguintes da Portaria n.º 14.816, de 19 de junho de 2020, autorizando ainda o Chefe do Executivo Municipal a apurar e parcelar o montante apurado após o período de suspensão até o dia 31 de janeiro de 2021, conforme estabelecido no artigo 4º, da sobredita Portaria e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a suspensão, dos repasses das contribuições previdenciárias **patronais não pagas** pelo Município de Marechal Deodoro, devidas aos FAPEN, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar 173/2020.

Art. 2º - Fica autorizada a suspensão de prestações não pagas de termos de acordo de parcelamento referentes à repasses patronais, firmados até 28 de maio de 2020, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, consoante disposto no artigo 1º, inciso I da Portaria n.º 14.818/2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Art. 3º - As contribuições previdenciárias patronais suspensas, de que trata o art. 1º, serão pagas pelo Município ao FAPEN, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos na lei municipal 1096/2013, para os casos de inadimplemento da obrigação de repasse, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial, dispensada a multa, até o dia 31 de janeiro de 2021, conforme previsão do artigo 4º da Portaria n.º 14.818/2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Parágrafo único. Alternativamente ao disposto no caput, fica o Chefe do Executivo autorizado pela presente lei, observadas as demais condições estabelecidas no art. 5º da Portaria MPS n.º 402, de 2008, e o prazo máximo permitido pelo § 9º do art. 9º da Emenda Constitucional n.º 103, de 2019, para que as contribuições suspensas sejam objeto de termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021.

Art. 4º - Cada prestação de termo de acordo de parcelamento, de que trata art. 2º, cujo repasse ficou suspenso através da autorização da presente lei, deverá ser paga pelo Município ao FAPEN, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos no acordo de parcelamento anteriormente celebrado, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial, dispensada a multa, de forma concomitante com as prestações vincendas a partir de janeiro de 2021, iniciando-se pela prestação mais antiga suspensa e terminando pela mais recente, em número total de meses igual ao número de prestações suspensas, conforme autoriza o artigo 3º da Portaria n.º 14.816/2020.

Parágrafo único. Alternativamente ao disposto no caput, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a parcelar, observadas as demais condições estabelecidas no art. 5º da Portaria MPS nº 402, de 2008, e o prazo máximo permitido pelo § 9º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, inclusive em caso de prestações relativas a termos de acordo de parcelamento firmados com base nos parâmetros estabelecidos no art. 5º-A da referida Portaria, que:

I - as prestações suspensas sejam objeto de novo termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021; ou

II - o termo de acordo de parcelamento seja objeto de reparcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021, não se aplicando a limitação de um único reparcelamento prevista no inciso III do § 7º do art. 5º da Portaria MPS nº 402, de 2008.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Marechal Deodoro/AL, 24 de julho de 2020.

CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA

Prefeito

Publicado por:

Caline Passos Costa

Código Identificador:84BF4166

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas no dia 27/07/2020. Edição 1338

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/ama/>